



GT 013. Antropologia da Técnica

Fabio Mura (PPGA-UFPB) - Coordenador/a, Eduardo Di Deus (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS/UnB) - Coordenador/a, Carlos Emanuel Sautchuk (Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Caetano Kayuna Sordi Barbara Dias (Universidade de Caxias do Sul) - Debatedor/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Debatedor/a

O GT Antropologia da Técnica chega a sua terceira edição tendo contribuído para a ampliação do interesse pelo tema e a consolidação desta área de estudos na antropologia brasileira. A partir da definição de técnica como ato tradicional eficaz, oferecida por Mauss, a compreensão dos processos técnicos se desenvolveu com especial atenção para a diversidade de relações e interações entre humanos, artefatos, plantas, animais, minerais e ambiente de modo geral. Para compreender tais processos resulta significativo focar as práticas, os conhecimentos e as habilidades que estão na base das cadeias operatórias, não como mera projeção de uma tecnologia, mas como propriedades de ação sobre materiais. Neste sentido, pretendemos aqui salientar, entre os processos técnicos, o trabalho como ato que coloca as mãos em obra, centrado justamente na manifestação de habilidades práticas, fruto da experiência no ambiente, ele mesmo entendido como meio técnico, nos termos de Lévi-Strauss. É importante também ser dada aos efeitos oriundos das intenções e de práticas técnicas que redundam na configuração de relações de poder. Tal proceder permite focar atos políticos voltados a mobilizar, ordenar e hierarquizar forças e materiais, não como em oposição à dimensão material, mas como técnicas de uso e de controle, fundamentais na formação de sistemas técnicos. Assim, espera-se aqui reunir trabalhos etnográficos e analíticos que foquem os processos técnicos na direção de tais preocupações.

‘Eu ainda tenho fome!’: considerações técnicas sobre um problema agrícola entre os Panará.

Autoria: Fabiano Campelo Bechelany

Após a realização de um projeto que teve como objetivo mobilizar o coletivo de agricultoras e agricultores para retomar a produção de alimentos, os Panará permanecem com a inquieta constatação de que as novas roças ainda não os alimentam. Neste work busco me aproximar dessa inquietação e ajudar os Panará e seus colaboradores a superá-la. Para tanto, parto de uma análise do sistema técnico da agricultura dos Panará, grupo que vive na Amazônia meridional e cultiva sobretudo mandiocas, batatas-doces, bananas e amendoins. Observar a estrutura técnica de suas roças é uma forma de tratar um dos pontos sensíveis do problema: a correlação entre as formas de saciar o desejo alimentar e os modos de ação apropriada para produzir suas roças. Processos atuais parecem afetar as operações que ocorrem entre pessoas e plantas cultivadas. Algumas das mudanças se encontram no advento de outras atividades produtivas nas aldeias, como os works assalariados. Essas novas atividades vêm modificando o tempo e o espaço das práticas agrícolas e, conseqüentemente, seus processos criativos geradores de pessoas e plantas produzem um bom alimento. Outras transformações, como o consumo de comida de branco (ipê jô son) se somam a essas, afetando os valores e os materiais que circulam pelas formas elementares da vida alimentar panará. Este texto se baseia no meu acompanhamento do projeto ‘Puu popoti? roças tradicionais panará’, realizado entre os anos de 2015 e 2017 e executado pela Associação Iakiô Panará e o Instituto Socioambiental (ISA). Durante esse período, realizamos oficinas temáticas sobre a agricultura panará, associadas à abertura de roças coletivas e



novas roças familiares que foram objeto de um concurso da 'roça mais bela'. Pontos de vista diferentes sobre o projeto se apresentam. Para os executores não-indígenas (incluído este antropólogo), o projeto foi bem-sucedido ao aumentar consideravelmente o número de roças, ao fazer circular variedades agrícolas e ao mobilizar diferentes gerações para um work conjunto. Porém, entre os Panará há quem tenha avaliação distinta. Notadamente entre os mais velhos, há aqueles que afirmam hoje que ainda estão com fome, uma das queixas que o projeto procurava superar. Se este problema aponta para uma relação entre às necessidades e o desejo alimentar que parece esgarçar-se com as transformações no sistema agrícola panará, uma análise da tecnogênese da 'roça redonda panará' (a puu popoti) permite investigar que alimento (não) é produzido para saciar esse desejo.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

